

# Termo de Referência 18/2025

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
18/2025	160345-HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL	LAURA CRISTINA DE CARVALHO ZAGLOUT BEZERRA	27/02/2025 11:55 (v 1.0)
<b>Status</b>			
CONCLUIDO			

## Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		64592012987 /2024-51

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC**

**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL  
(H Mil Natal/1941)**

(Processo Administrativo nº 64592.012987/2024-51)

### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços continuados de recepcionista, cozinheiro, copeiro e lavador de roupa, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, fins atender as necessidades do Hospital de Guarnição de Natal (HguN).

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	FREQUÊNCIA DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS (MESES DO ANO)	QUANTIDADE TOTAL DOS SALÁRIOS A SEREM PAGOS (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$) (ANUAL)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$) (ANUAL)
		Contratação de serviço de							

ÚNICO	1	RECEPCIONISTA HOSPITALAR – período diurno de segunda a sexta - com carga horária de 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais.	8729	UND	12	12	144	4.743,20	683.020,80
	2	Contratação de serviço de RECEPCIONISTA HOSPITALAR – para atuar na recepção e Pronto Socorro no Período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso.	8729	UND	2	12	24	4.842,65	116.223,60
	3	Contratação de serviço de COZINHEIRO HOSPITALAR – para atuar no cassino (cozinha) no período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de Descanso.	19399	UND	2	12	24	5.388,03	129.312,72
	4	Contratação de serviço de COPEIRO HOSPITALAR – atendimento as pacientes, servindo refeições no ambiente hospitalar no período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de Descanso.	14397	UND	2	12	24	5.181,79	124.362,96
	5	Contratação de serviço de LAVADOR DE ROUPA HOSPITALAR – para atuar na lavanderia do hospital no período diurno de segunda a sexta - com carga horária de 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais.	3786	UND	1	12	12	4.977,29	59.727,48
TOTAL R\$ (UM MILHÃO, CENTO E DOZE MIL , SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)									1.112.647,56

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. (SUPRESSÃO)

1.4. (SUPRESSÃO)

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que fornece mão de obra em regime de dedicação exclusiva em razão da necessidade permanente enquanto atividade meio, para que este nosocômio possa desempenhar as suas atividades fins. A vigência plurianual é a mais vantajosa, pois permite a contratação de serviços e fornecimentos por um período mais longo, além da administração prover existência de créditos orçamentários vinculados à contratação possibilitando perenidade dos serviços contratados.

1.7.(SUPRESSÃO)

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. Os valores da tabela obedeceram a uma sistemática de pesquisa de preços sendo meramente estimativos, considerando o período de 12 (doze) meses.

1.10. Em caso de divergência nas especificações do item com as do Sistema Comprasnet, prevalecem as constantes deste termo de referência.

1.11. A Empresa Contratada deverá manter o número de profissionais descritos na tabela acima.

1.12. A descrição dos horários e locais da prestação de serviço deverão seguir o indicado na tabela abaixo, podendo haver remanejamento entre os setores do hospital conforme demanda de atendimentos:

ITEM	LOCAL	HORÁRIO
01	FISIOTERAPIA; ODONTOCLÍNICA; LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS; e SETOR DE IMAGEM	Período diurno de segunda a sexta feira – 8 horas diárias, das 7h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, e 09h00m às 13h00m e das 14h30m às 18h30m.
02	FUSEX	Período diurno de segunda a sexta feira – 8 horas diárias, das 7h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, e 09h00m às 13h00m e das 14h30m às 18h30m.
03	SAME	Período diurno de segunda a sexta feira – 8 horas diárias, das 7h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, e 09h00m às 13h00m e das 14h30m às 18h30m.
04	POSTO MÉDICO	Período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso/folga, 07h00 às 12h00, das 13h às 19h00.
05	APROVISIONAMENTO/COZINHA	Período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso/folga, das 05h30m às 11h00m, das 12h00m às 17h30m.
06	COPA; CENTRO CIRÚRGICO; ENFERMIARIAS (UI); e SETORES AFINS.	Período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso/folga, das 06h00m às 11h30m, das 12h30m às 18h00m.
07	SETOR DE LAVANDERIA	Período diurno de segunda a sexta feira – 8 horas diárias, das 7h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30 de segunda a sexta-feira.

1.13. Nas jornadas de trabalho de 07h00 às 19h00 está incluso 60 min para refeição e 15 (quinze) minutos para lanche. O lanche/refeição será de responsabilidade da(s) Empresa(s) Contratada(s).

1.14. Para a prestação de serviço, o pagamento será realizado mensalmente pela Contratante mediante emissão de empenho à(s) Contratada(s).

1.15. É vedado aos terceirizados:

1.15.1. Qualquer tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas e planejamento, coordenação, supervisão e controle;

1.15.2. Qualquer serviço estratégico para o órgão, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

1.15.3. Qualquer atividade relacionada ao poder de polícia (inclusive serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia), de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção;

1.15.4. Qualquer responsabilidade quanto à realização de atos administrativos ou tomada de decisão.

1.16. A contratação dos funcionários deverão seguir os requisitos de qualificação e distribuição abaixo mencionados:

ITEM	LOCAL	FUNÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO	QUALIFICAÇÃO DE REGULARIDADE
01	FISIOTERAPIA	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	2	7h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
02	ODONTOCLÍNICA	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	1	7h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
03	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	1	7h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
04	SETOR DE IMAGEM	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	1	7h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
05	FUSEX	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	2	7h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
06	FUSEX	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	1	9h00m às 13h00m e das 14h30m às 18h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
07	SAME	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	2	7h00m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
08	SAME	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	2	9h00m às 13h00m e das 14h30m às 18h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
09	POSTO MÉDICO	RECEPCIONISTA HOSPITALAR	2	7h00m às 12h00m e das 13h00m às 19h00m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) – 4221- 05
10	APROVISIONAMENTO /COZINHA	COZINHEIRO	2	5h30m às 11h00m e das 12h00m às 17h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) 5132-
11	COPA; CENTRO CIRÚRGICO; ENFERMARIAS (UI); e SETORES AFINS.	COPEIRO	2	6h00m às 11h30m e das 12h30m às 18h00m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) 5134-30
12	SETOR DE LAVANDERIA	LAVADOR DE ROUPA	1	7h30m às 11h30m e das 13h00m às 16h30m.	Código CBO (Portaria MTE no 397/2002) 5163-10

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000237/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 10/05/2024;

III) Id do item no PCA: 102;

IV) Classe/Grupo: 851;

V) Identificador da Futura Contratação: 160345-4/2025;

### 2.3. (SUPRESSÃO)

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A(s) Empresa(s) Contratada(s) deverá(ão) atentar para os seguintes critérios e diretrizes de sustentabilidade, naquilo que couber:

4.1.1.1 Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores consubstanciada na Norma Regulamentadora NR32/ABNT e NR31/ABNT;

4.1.1.2. Fornecimento de equipamentos de segurança que se fizerem necessários aos empregados para execução de serviços;

4.1.1.3. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto no 48.138, de 8 de outubro de 2003; Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde em acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 -ANVISA;

4.1.1.4. Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde em acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306/2004 -ANVISA;

4.1.1.5. Observação da Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.1.6. Respeito à Resolução CONAMA no 358/2005 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;

4.1.1.7. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e INMETRO, casos existentes;

4.1.1.8. Deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS confeccionado pelo órgão, obedecendo também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (Lei no 12.305 de 02/10/2010);

4.1.1.9. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de

consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.1.10. Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.1.11. Respeito as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.1.12. O armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e do meio ambiente seguirão as normas fixadas pela associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT/NBR 12235;

4.1.1.13. Previsão de destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999.

4.1.1.14. Os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança, serão seguidos de acordo com as normas da ABNT - NBR 12810. Assim como, os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos de serviço de saúde, serão respeitados visando as normas da NBR 1.4652;

4.1.1.15. As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

4.1.1.16. Os resíduos pertencentes ao Grupo B, constantes do anexo I da Resolução do CONAMA no 358 de 29/10/2016 com características de periculosidade, quando não forem submetidos a processo de reutilização recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento e disposição final específicos;

4.1.1.17. Os resíduos de serviços da saúde deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT /NBR 7.500;

4.1.1.18. Os resíduos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I;

4.1.1.19. Os resíduos no estado líquido não devem ser encaminhados para disposição final em aterros;

4.1.1.20. Os resíduos sem características de periculosidade, não necessitam de tratamento prévio;

4.1.1.21. Os resíduos quando no estado sólido, podem ter disposição final em aterro licenciado;

### ***Indicação de marcas ou modelos***

4.2. (SUPRESSÃO)

### ***Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço***

4.3. (SUPRESSÃO)

### ***Da exigência de carta de solidariedade***

4.4.(SUPRESSÃO)

## **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. (SUPRESSÃO)

4.7. (SUPRESSÃO)

4.8. (SUPRESSÃO)

4.9. (SUPRESSÃO)

4.10. (SUPRESSÃO)

4.11. (SUPRESSÃO)

4.12. (SUPRESSÃO)

4.13. *Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).*

## **Garantia da contratação**

4.14. (SUPRESSÃO)

4.15. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial da contratação.*

4.15.1. (SUPRESSÃO)

4.16. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.16.1. *A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.16.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.16.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.16.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.16.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.22. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.28.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.28.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.32. (SUPRESSÃO)

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 11:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo contato (84) 99980-5127, Tenente Luísa.

4.33.1. A comprovação se dará pelo Atestado de Vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 ou por Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto caso opte por não realizá-la, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

4.34. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.35. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .*

4.35.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública ;

4.35.2. A realização da vistoria por parte dos licitantes, tem por finalidade a exata noção da demanda, propiciando a correta elaboração de sua proposta.

4.35.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão constituir pretexto para a(s) Contratada(s) cobrar(em) “serviços extras” e/ou alterar(em) a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a(s) Contratada(s) como altamente especializada(s) nos serviços em questão e, por conseguinte, deverão ter computados, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos, de serviços e materiais necessários perfeita e completa consecução do objeto.

4.35.4. Durante a visita técnica opcional deverão ser dirimidas todas as dúvidas quanto à interpretação das especificações técnicas, não cabendo nenhuma alegação ou dúvida posterior quanto à execução do objeto. No caso de não comparecimento à visita técnica opcional, a licitante também não poderá alegar futuramente qualquer desconhecimento da complexidade da execução do objeto.

4.35.5. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue mídia, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.35.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.36. *Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.37. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

### **Instalação de escritório**

4.38. (SUPRESSÃO)

### **Margem de Preferência**

4.39. (SUPRESSÃO)

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

#### 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: *10 dias da assinatura do contrato.*

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Recepcionista hospitalar: Código CBO ( Portaria MTE N° 397/2002) CBO - 4221-05. Atribuições:

5.1.2.1.1. Recepcionar, atender a chamadas telefônicas, receber e enviar e-mails/mensagens do público em geral, prestando as devidas informações, anotando e transmitindo os respectivos recados, quando solicitado;

5.1.2.1.2. Identificar e encaminhar visitantes, obedecendo às normas internas do local;

5.1.2.1.3. Entregar, enviar, receber e repassar, correspondências, documentos, produtos, informações e/ou relatórios, organizando-os e distribuindo aos respectivos destinatários, conforme a necessidade do serviço.

5.1.2.1.4. Operar máquinas de escritório de natureza simples, tais como: telefones, computadores, impressoras, aparelhos de fax e outros;

5.1.2.1.5. Registrar os atendimentos para fins de controle;

5.1.2.1.6. Fotocopiar documentos quando houver necessidade;

5.1.2.1.7. Receber, protocolar, digitalizar, cadastrar e arquivar em pastas eletrônicas e/ou físicas os documentos;

5.1.2.1.8. Digitar comunicações e submetê-las à revisão/supervisão de empregado do CONTRATANTE.

5.1.2.1.9. Postar comunicações e controlar a chegada de Avisos de Recebimento.

5.1.2.1.10. Guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço.

5.1.2.1.11. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, sistemas disponíveis para a execução dos serviços.

5.1.2.1.12. Manter atualizada a documentação utilizada no posto.

5.1.2.1.13. Prestar informações gerais sobre as atividades do CAU/SC, bem como acessar os sistemas de informações utilizados pelo CAU/SC, para busca de informações necessárias e registro de atividades e correspondências.

5.1.2.1.14. Ter boa dicção, demonstrar polidez, cortesia, ter capacidade de auto avaliação, respeito mútuo.

5.1.2.1.15. Manter a higienização do local de trabalho; e comunicar qualquer situação que possa colocar em risco pessoas ou patrimônio das Unidades.

5.1.2.1.16. Tratar todos colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção.

5.1.2.1.17. Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando os serviços.

5.1.2.1.18. Encaminhar ao conhecimento da CONTRATADA, através do fiscal do contrato, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de atitude suspeita observada nas dependências da CONTRATANTE.

5.1.2.1.19. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato.

5.1.2.1.20. Portar crachá funcional com foto recente e usar uniforme completo.

5.1.2.1.21. Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom

desempenho do trabalho.

5.1.2.2. Cozinheiro: Código CBO (Portaria MTE N° 397/2002) CBO – 5132 -05. Atribuições:

5.1.2.2.1. Preparar alimentos sob supervisão de nutricionista, de modo que assegure a qualidade, higiene, sabor, aroma e apresentação da refeição a ser servida;

5.1.2.2.2. Inspecionar a higienização de equipamentos e utensílios;

5.1.2.2.3. Auxiliar na requisição do material necessário para a preparação dos alimentos;

5.1.2.2.4. Coordenar atividades da cozinha;

5.1.2.2.5. Poder participar da execução da faxina da área interna da cozinha, limpeza de máquinas, utensílios e outros equipamentos, utilizando-se de materiais adequados, para assegurar sua utilização no preparo dos alimentos;

5.1.2.2.6. Utilizar diariamente equipamentos de proteção individual e uniformes, conforme exigência de segurança e padronização do serviço;

5.1.2.2.7. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;

5.1.2.2.8. Executar as refeições que deverão ser servidas ;

5.1.2.3. Copeiro: Código CBO (Portaria MTE N° 397/2002) CBO – 5134-30. Atribuições:

5.1.2.3.1. Efetuar registro no ponto;

5.1.2.3.2. Ler a ocorrência do plantão anterior;

5.1.2.3.3. Devolver os capotes usados e receber novos capotes esterilizados;

5.1.2.3.4. Paramentação com roupas esterilizadas;

5.1.2.3.5. Lavar as mãos, antebraços e dedos com escova e detergente antisséptico;

5.1.2.3.6. Preparar solução de hipoclorito de sódio para sanitização dos utensílios utilizados na preparação das sondas, leites artificiais e leite humano pasteurizado;

5.1.2.3.7. Higienizar e rotular as dietas de sistema fechado;

5.1.2.3.8. Desembalar os frascos diet;

5.1.2.3.9. Rotular e rubricar os frascos diet, separando-os conforme as alas/enfermarias;

5.1.2.3.10. Preparar os produtos de sondas e suplementos utilizando água de osmose reversa;

5.1.2.3.11. Envasar as dietas enterais;

5.1.2.3.12. Higienizar os utensílios utilizados após cada manipulação de dietas;

5.1.2.3.13. Higienizar a geladeira semanalmente (sexta-feira);

5.1.2.3.14. Conferir e fazer a contagem dos produtos de estoque;

5.1.2.3.15. Entregar pedido semanal de materiais na dispensa Do HGuN e almoxarifado (quinta-feira) conforme solicitação prévia da nutricionista;

5.1.2.3.16. Receber, conferir e higienizar com álcool à 70% os insumos do HGuN /Almoxarifado 1x/semana ou no dia que for entregue insumos;

5.1.2.3.17. Preencher o formulário de produtividade diária (18h) no computador ou livro de registros;

5.1.2.3.18. Fazer a ocorrência no final do plantão (18:30h);

5.1.2.3.19. Passar o plantão para as copeiras noturnas.

5.1.2.4. Lavador de Roupa: Código CBO (Portaria MTE N° 397/2002) CBO – 5163-10 . Atribuições:

5.1.2.4.1. Lavar roupas e artefatos;

5.1.2.4.2. Secar roupas e artefatos;

5.1.2.4.3. Expedir roupas e artefatos;

5.1.2.4.4. Atender as demandas do HGuN;

5.1.2.4.5. Preparar roupas antes de lavar tais como: pesar, embalar, distribuir, recolher, conferir, verificar as condições das roupas, e demais atividades necessárias ao HGuN que sejam condizentes com a profissão.

5.1.2.4.6 . Manter o setor da lavanderia limpo e em ordem;

- 5.1.2.4.7 . Atender solicitações de emergência dos setores;
- 5.1.2.4.8 . Recepcionar diariamente, de segunda a sexta-feira o caminhão que entrega a roupa limpa.
- 5.1.2.4 .9. Zelar pelo cumprimento das rotinas e técnicas do setor;
- 5.1.2.4 .10. Cooperar na execução de atividades de outros setores da lavanderia;
- 5.1.2.4.11. Distribuição dos sacos hampers para coleta da roupa suja;
- 5.1.2.4 . 12 . Obedecer às normas internas do local;
- 5.1.2.5. As seguintes tarefas gerais devem ser observadas por todas as categorias:
- 5.1. 2. 5.1. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta e o regimento interno, bem como as demais ordens da administração do Hospital de Guarnição de Natal;
- 5.1.2.5.2. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;
- 5.1.2,5.3. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;
- 5.1.2.5.4. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes ao funcionamento da Hospital das Clínicas de Pernambuco e do seu local de trabalho;
- 5.1.2.5.5. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação, exceto quando manifestamente ilegais.
- 5.1.2.5.6. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;
- 5.1.2.5.7. Preservar os móveis e equipamentos utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;
- 5.1.2.5.8. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;
- 5.1.2.5.9. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;
- 5.1.2.5.10. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;
- 5.1.2.5.11. Está sempre identificado; usar o uniforme estabelecido pela empresa.
- 5.1.2.5.12. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço.
- 5.1.2.5.13 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Os funcionários possuem horários variados de acordo com a necessidade de cada setor:

ITEM	LOCAL	FUNÇÃO	EXPEDIENTE POR LOCAL
1	FISIOTERAPIA	RECEPCIONISTA	Chegar as 7h, organizar o setor para começar o atendimento aos usuários, o intervalo do almoço deve ser revez ado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 16 h30m após a equipe se certificar que todos os pacientes foram atendidos e as demandas pertinentes a recepção atendidas.
2	ODONTOCLÍNICA	RECEPCIONISTA	Chegar as 7h, organizar o setor para começar o atendimento aos usuários, o intervalo do almoço deve ser revez ado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 16h30m após a equipe se certificar que todos os pacientes foram atendidos e as demandas pertinentes a recepção atendidas.
			Chegar as 7h, organizar o setor para começar

3	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	RECEPCIONISTA	o atendimento aos usuários, o intervalo do almoço deve ser revezado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 16h 30m após a equipe se certificar que todos os pacientes foram atendidos e as demandas pertinentes a recepção atendidas.
4	SETOR DE IMAGEM	RECEPCIONISTA	Chegar as 7h, organizar o setor para começar o atendimento aos usuários, o intervalo do almoço deve ser revezado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 16h30m após a equipe se certificar que todos os pacientes foram atendidos e as demandas pertinentes a recepção atendidas.
5	FUSEX	RECEPCIONISTA	Na recepção do FUSEX tem-se 02 (duas) equipes que faz o revezamento do horário, sendo que a primeira chegar as 7h, organizar o setor para começar o atendimento aos usuários, as 9h chega a a outra equipe para que o setor fique assistido até as 18h:30m. O intervalo do almoço deve ser revezado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 18h30m após a equipe se certificar que todos os pacientes foram atendidos e as demandas pertinentes a recepção atendidas.
6	SAME	RECEPCIONISTA	Chegar as 7h, organizar o setor para começar o atendimento aos usuários, o intervalo do almoço deve ser revezado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 18h30m após a equipe se certificar que todos os pacientes foram atendidos e as demandas pertinentes a recepção atendidas.
7	PRONTO ATENDIMENTO	RECEPCIONISTA	Chegar as 7h, receber o serviço do servidor que estava no serviço noturno; verificar se existe alguma demanda pendente; organizar o setor para começar o atendimento aos usuários, atuar como ponto de entrada e acolhimento para pacientes, familiares e visitantes. O intervalo do almoço deve ser revezado entre a equipe. O termino do expediente ocorre as 19h após a equipe passar o serviço para o funcionário que assumirá o noturno.
8	APROVISIONAMENTO/COZINHA	COZINHEIRO	O cozinheiro chega às 05h30, organiza o setor para iniciar a preparação das refeições dos pacientes e funcionários, com termino do expediente às 17h30, verificar se todas as demandas foram atendidas e que não existe pendências para o período noturno.
9	COPA; CENTRO CIRÚRGICO, ENFERMARIAS (UI) e SETORES AFINS	COPEIRO	O copeiro chega às 06h, organiza o setor e os materiais, logo em seguida começa a distribuição das refeições aos pacientes de acordo com as instruções médicas; posteriormente recolher os resíduos das refeições, antes do término do expediente verificar se todas as demandas diurnas foram atendidas para que não e setores afins. fique pendencias para o período noturno. Término do expediente às 18h00m.
			Chegar às 7h, organizar o setor para iniciar as atividades: coletar as roupas sujas; distribuir

10	SETOR DE LAVANDERIA	LAVADOR DE ROUPA	as roupas limpas nos setores do Hospital; acompanhar a entrega e coleta do caminhão terceirizado; reabastecer os setores sempre que solicitado; verificar antes do término do expediente às 16h30 se todos os setores estão abastecidos para o período noturno.
----	---------------------	------------------	---

#### 5.1.4. (SUPRESSÃO)

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Hermes da Fonseca, 1385 - Tirol, Natal - RN, CEP: 59015-145, das dependências no Hospital de Guarnição de Natal - HGuN.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1 . Recepcionista Hospitalar – para atuar na recepção do pronto socorro no período diurno, com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso/folga. (07h00m às 12h00m e das 13h00m às 19h00m).

5.3.2. Recepcionista Hospitalar – para atuar nas recepções setoriais no período diurno, de segunda a sexta-feira, com carga horária de 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais (7h00m às 11h30m e das 13h00 às 16:30h, e 09h00m às 13h00m e das 14h30m às 18h30m).

5.3.3. Cozinheiro Hospitalar – para atuar no cassino (cozinha) no período diurno com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso/folga. (05h30m às 11h00 e das 12h00m às 17h30).

5.3.4. Copeiro Hospitalar – atendimento aos pacientes, servindo refeições no ambiente hospitalar no período diurno com carga horária de 12 horas de serviço por 36 horas de descanso/folga. (06h00m às 11h30m e das 12h30m às 18h00h).

5.3.5. Lavador de Roupa Hospitalar – para atuar na lavanderia do hospital no período diurno, de segunda a sexta-feira, com carga horária de 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais ( 7h às 11h30m e das 13h00m às 16h30m).

### Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1.1 As rotinas estão descritas no item 5.1.2.

### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Equipamento de Proteção Individual-EPI's, uniformes e todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a integridade física do trabalhador;

5.4.1.1. Os EPI's a serem fornecidos pela(s) Contratada(s) serão: óculos de proteção individual, luvas de borracha, luvas de procedimentos, aventais, gorro, máscara cirúrgica e com filtro N95 e/ou químico, bota ou sapato fechado impermeável, conforme a necessidade do serviço a ser prestado.

5.4.1.2. Crachás de identificação contendo: foto recente, nome completo, identificação da empresa e função;

5.5.1.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato .

5.4.2. (SUPRESSÃO)

5.4.3. (SUPRESSÃO)

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. O HGuN atende aos usuários do FUSEX/ SAMMED/ PASS/ Ex - Combatentes, fator de custo e seus dependentes ;

5.5.2. A Unidade de Internação Clínica possui uma capacidade de 18 (dezoito) leitos;

5.5.3. A Unidade de Internação Cirúrgica possui uma capacidade de 09 (nove) leitos;

5.5.4. O Centro Cirúrgico é composto por 02 (duas) salas de cirurgia geral; 01 (uma) sala de cirurgia oftalmológica; 01 (uma) sala de recuperação pós-anestésica – SRPA, com 03 (três) leitos de observação e 01 (uma) sala administrativa;

5.5.5. A Central de Material e Esterilização – CME é composta por 01 (uma) sala de lavagem (expurgo); 01 (uma) sala de preparo; 01 (uma) sala de esterilização; 01 (um) arsenal de material estéril e 01 (uma) sala administrativa;

5.5.6. A Unidade Militar Integrada de Terapia Intensiva – UMITI atende com uma capacidade de 10 (dez) leitos;

5.5.7. A cardiologia e a Endoscopia/Colonoscopia fazem parte do complexo ambulatorial, realizando consultas e exames ambulatoriais e de emergência conforme a demanda dos usuários; e

5.5.8. Encontra-se em fase de implantação a Unidade de Oncologia.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.7. (SUPRESSÃO)

### **Uniformes**

5.8. *Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:*

5.8.1. *O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:*

5.8.1.1. Calça comprida e camisa tipo polo com manga de tecido resistente;

5.8.1.2. O sapato deverá ser fechado, sem salto ou salto igual ou inferior a 5cm.

5.8.1.3. *No mínimo 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas,*

*após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;*

5.8.2. *As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:*

5.8.2.1. *Tecido leve e confortável;*

5.8.2.2. *Tecido resistente.*

5.8.3. *No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;*

5.8.4. *Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.*

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. (SUPRESSÃO)

5.10. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.*

6.3. *As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*

6.4. *O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.*

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### **Preposto**

6.6. *O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.*

6.7. *O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período integral de segunda a sexta-feira, sendo este responsável por receber demandas e*

reclamações do Fiscal de Contrato, anotar ocorrências e tomar medidas para o saneamento de eventuais falhas na execução do serviço.

6.7.1. O preposto deverá utilizar o uniforme conforme e crachá, a função a ser descrita no crachá, deverá ser Preposto.

6.7.2. O preposto não poderá atuar diretamente nos serviços a serem prestados em substituição a faltas, licenças ou afastamentos de profissionais contratados para esse fim.

6.7.3. O preposto deverá permanecer no local de trabalho, em tempo integral (40 horas semanais), supervisionando o trabalho da equipe, controlando horário de entrada e saída dos funcionários da unidade de trabalho, elaborando planilhas mensais de admissões, demissões, sanções, taxa de absenteísmo e consumo de materiais.

6.7.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente.

6.7.5. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho com no mínimo 06 (seis) meses de experiência na função em que será contratado .

6.7.6. As cópias das carteiras de trabalho com comprovação de experiência dos profissionais deverão ser apresentadas pela(s) Contratada(s) ao fiscal de contrato antes do início da prestação de serviço e sempre que houver novas contratações ou substituições.

6.7.7. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

6.7.8 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto.

6.7.9. Para casos de emergência, o atendimento inicial será realizado no Pronto Atendimento Médico do HGuN e tão logo seja possível a(s) Contratada(s) deverá(ão) providenciar a transferência e tratamento do empregado;

6.7.10. Para acidentados com material biológico a(s) Contratada(s) deverá(ão) encaminhar o empregado acidentado à unidade de saúde de referência para tal atendimento.

6.7.11. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração.

6.7.12. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. (SUPRESSÃO)

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]*

6.20. *O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.*

6.21. *O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.*

6.22. *Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.*

6.23. *O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.*

6.24. *Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.*

6.25. *Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.*

6.26. *O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.*

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **6.33. (SUPRESSÃO)**

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. *relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;*

6.35.1.1.2 *Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;*

6.35.1.1.3 *exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e*

6.35.1.2 *entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):*

6.35.1.2.1. *Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);*

6.35.1.2.2. *certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;*

6.35.1.2.3 *Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e*

6.35.1.2.4 *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).*

6.35.1.3 *entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:*

6.35.1.3.1. *extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;*

6.35.1.3.2. *cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;*

6.35.1.3.3. *cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;*

6.35.1.3.4. *comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e*

6.35.1.3.5. *comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.*

6.35.1.4. *entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:*

6.35.1.4.1. *termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;*

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.23.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.23.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civas de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A8]

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

## **Gestor do Contrato**

6.60. Cabe ao gestor do contrato:

6.60.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.60.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.60.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.60.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.60.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.60.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.60.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

*6.61. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024)*

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo III**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. O HGuN nomeará um Fiscal de Contrato para acompanhar, verificar e fiscalizar a execução do serviço e gestão do contrato.

## **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. (SUPRESSÃO)

7.5.2. (SUPRESSÃO)

7.5.3. (SUPRESSÃO)

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou

única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *10 (dez)* dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **0,5%** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.38. (SUPRESSÃO)

7.39. (SUPRESSÃO)

7.40. (SUPRESSÃO)

7.41. (SUPRESSÃO)

7.42. (SUPRESSÃO)

7.43. (SUPRESSÃO)

7.44. (SUPRESSÃO)

7.45. (SUPRESSÃO)

7.46. (SUPRESSÃO)

### **Repactuação**

7.47. *Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.48. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

7.48.1. *Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou*

*dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*

*7.48.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.*

*7.49. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.*

*7.49.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.*

*7.50. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.*

*7.51. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.*

*7.52. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*

*7.53. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.*

*7.54. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.*

*7.54.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.*

*7.54.2. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.*

*7.54.2.1. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.*

7.54.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.55. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do IPCA, com base na seguinte fórmula :

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

$R$  = Valor do reajustamento procurado;

$V$  = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.56. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.57. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.58. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.59. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.60. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.61. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.62. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.64. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.65. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.66. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.67. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.68. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.69. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.70. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.71. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.72. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.73. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.73.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Reajuste**

7.74. (SUPRESSÃO)

7.75. (SUPRESSÃO)

7.76. (SUPRESSÃO)

7.77. (SUPRESSÃO)

7.78. (SUPRESSÃO)

7.79. (SUPRESSÃO)

7.80. (SUPRESSÃO)

7.81. (SUPRESSÃO)

7.82. (SUPRESSÃO)

### **Cessão de crédito**

7.83. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.84. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.*

7.85. *A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

7.86. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.87. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.88. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.89. *Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.*

7.90. (SUPRESSÃO)

7.91. *Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.*

7.92. *O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

7.93. *Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho,*

com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.94. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.95. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.95.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.95.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.95.3 Multa sobre o FGTS; e

7.95.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.96. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.97. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.98. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.99. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.100. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.101. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.102. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.103. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

#### **Pagamento pelo fato gerador**

7.104. (SUPRESSÃO)

7.105. (SUPRESSÃO)

7.106. (SUPRESSÃO)

7.107. (SUPRESSÃO)

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 4% (quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

*8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado*

sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 7% (sete por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 7% (sete por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 6% (seis por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 4% (quatro por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação.

#### 8.2.4.7.1. (SUPRESSÃO)

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

9.2. *(SUPRESSÃO)*

### **Regime de Execução**

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

## **Critérios de aceitabilidade de preços**

### 9.4. (SUPRESSÃO)

9.5. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores **iguais ou superiores** aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho nº **RN000242 /2024**, utilizado(a) como paradigma:

#### 9.5.1. Recepcionista Hospitalar (40 horas semanais)

9.5.1.1. salário-base, no valor de R\$ 1.449,02;

9.5.1.2. auxílio-alimentação, no valor de R\$ 175,56; e

9.5.1.3. benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:

9.5.1.3.1. férias, no valor de R\$ 193,18

9.5.1.3.2. auxílio transporte, no valor de R\$ 111,06

9.5.1.3.3. FGTS, no valor de R\$ 139,11

9.5.1.3.4. Insalubridade de 20%, no valor de R\$289,80

#### 9.5.2. Recepcionista Hospitalar (12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso)

9.5.2.1. salário-base, no valor de R\$ 1.449,02;

9.5.2.2. auxílio-alimentação, no valor de R\$ 152,00; e

9.5.2.3. benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:

9.5.2.3.1. férias, no valor de R\$ 193,18

9.5.2.3.2. auxílio transporte, no valor de R\$ 48,06

9.5.2.3.3. FGTS, no valor de R\$ 139,11

9.5.2.3.4. Insalubridade de 20%, no valor de R\$289,80

#### 9.5.3. Cozinheiro (12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso)

9.5.3.1. salário-base, no valor de R\$ 1.607,96;

9.5.3.2. auxílio-alimentação, no valor de R\$ 152,00; e

9.5.3.3. benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:

9.5.3.3.1. férias, no valor de R\$ 214,37

9.5.3.3.2. auxílio transporte, no valor de R\$ 38,52

9.5.3.3.3. FGTS, no valor de R\$ 154,36

9.5.3.3.4. Insalubridade de 20%, no valor de R\$321,59

#### 9.5.4. Copeiro (12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso)

9.5.4.1. *salário-base, no valor de R\$ 1.449,02;*

9.5.4.2. *auxílio-alimentação, no valor de R\$ 152,00; e*

9.5.4.3. *benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:*

9.5.4.3.1. *férias, no valor de R\$ 225,38*

9.5.4.3.2. *auxílio transporte, no valor de R\$ 48,06*

9.5.4.3.3. *FGTS, no valor de R\$ 162,29*

9.5.4.3.4. *Insalubridade de 40%, no valor de R\$579,61*

9.5.5. *Lavador de Roupa Hospitalar (40 horas semanais)*

9.5.5.1. *salário-base, no valor de R\$ 1.449,02;*

9.5.5.2. *auxílio-alimentação, no valor de R\$ 175,56; e*

9.5.5.3. *benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:*

9.5.5.3.1. *férias, no valor de R\$ 225,38*

9.5.5.3.2. *auxílio transporte, no valor de R\$ 111,06*

9.5.5.3.3. *FGTS, no valor de R\$ 162,29*

9.5.5.3.4. *Insalubridade de 40%, no valor de R\$579,61*

### **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. (SUPRESSÃO)

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro

Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. (SUPRESSÃO)

9.16. (SUPRESSÃO)

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.28.1. (SUPRESSÃO)

9.28.2. *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e*

9.28.3. *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;*

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.32. *Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo V** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:*

9.32.1 *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

9.32.2 *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.34. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.34.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.35. (SUPRESSÃO)

9.36. (SUPRESSÃO)

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

*9.37.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

*9.37.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

*9.37.1.3. (SUPRESSÃO)*

9.37.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.38. (SUPRESSÃO)

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.41. (SUPRESSÃO)

9.42. (SUPRESSÃO)

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.50. (SUPRESSÃO)

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.112.647,56 (um milhão, cento e doze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*

10.2. (SUPRESSÃO)

10.3. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

10.4. (SUPRESSÃO)

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 167505;
- II) Fonte de recursos: 1005000142;
- III) Programa de trabalho: 215845;
- IV) Elemento de despesa: 339037; e
- V) Plano interno: D8SACNTRECP.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 )**

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## **14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## **15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## **16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## **17. 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## 18. 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## 19. 7. DOS CASOS OMISSOS

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## 20. 8. ALTERAÇÕES

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## 21. 9. FORO

(ESTE ITEM FOI SUPRIMIDO)

## 22. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, .....  
(*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº 90.012/2024, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 23. ANEXO III - INST DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

### ANEXO III

#### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Avaliação da qualidade dos serviços)

<b>Indicador 1 – Resolutividade Interna (RI) para Recepcionista Hospitalar</b>	
Finalidade	Garantir a execução dos serviços pormenorizados no termo de referencia deste edital à atenderem as necessidades do HGuN. Garantir o atendimento satisfatório dos usuários do HGuN pelos profissionais a serem contratados.
Meta a cumprir	100%
Instrumento de medição	Impresso de pesquisa de satisfação do usuário
Forma de acompanhamento	Pelo software e/ou impressos específicos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$RI = ( MCI / MCT ) \times 100$ Onde: RI = Resolutividade Interna, em %. MCI = Quantidade de atendimentos MCT = Quantidade de atendimentos e serviços prestados ao paciente checados nos impressos
Início de vigência	A partir do 31° dia após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	RI ≥ 95% = Sem redução do Valor do Serviço RI < 95% = 5% a menos do Valor do Serviço
<b>Indicador 2 – Resolutividade Interna (RI) para Lavadores de Roupa</b>	
Finalidade	Garantir a execução dos serviços pormenorizados no termo de referencia deste edital à atenderem as necessidades do HGuN. Garantir o atendimento satisfatório dos usuários do HGuN pelos profissionais a serem contratados.
Meta a cumprir	100%
Instrumento de medição	Impresso de pesquisa de satisfação do usuário
Forma de acompanhamento	Pelo software e/ou impressos específicos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$RI = ( MCI / MCT ) \times 100$ Onde: RI = Resolutividade Interna, em %. MCI = Quantidade de atendimentos

	MCT = Quantidade de atendimentos e serviços prestados ao paciente checados nos impressos
Início de vigência	A partir do 31° dia após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	RI ≥ 95% = Sem redução do Valor do Serviço RI < 95% = 5% a menos do Valor do Serviço
<b>Indicador 3 – Resolutividade Interna (RI) para Cozinheiro</b>	
Finalidade	Garantir a execução dos serviços pormenorizados no termo de referencia deste edital à atenderem as necessidades do HGuN. Garantir o atendimento satisfatório dos usuários do HGuN pelos profissionais a serem contratados.
Meta a cumprir	100%
Instrumento de medição	Impresso de pesquisa de satisfação do usuário
Forma de acompanhamento	Pelo software e/ou impressos específicos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$RI = ( MCI / MCT ) \times 100$ Onde: RI = Resolutividade Interna, em %. MCI = Quantidade de atendimentos MCT = Quantidade de atendimentos e serviços prestados ao paciente checados nos impressos
Início de vigência	A partir do 31° dia após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	RI ≥ 95% = Sem redução do Valor do Serviço RI < 95% = 5% a menos do Valor do Serviço
<b>Indicador 4 – Resolutividade Interna (RI) para Copeiro</b>	
Finalidade	Garantir a execução dos serviços pormenorizados no termo de referencia deste edital à atenderem as necessidades do HGuN. Garantir o atendimento satisfatório dos usuários do HGuN pelos profissionais a serem contratados.
Meta a cumprir	100%
Instrumento de medição	Impresso de pesquisa de satisfação do usuário
Forma de acompanhamento	Pelo software e/ou impressos específicos

Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$RI = ( MCI / MCT ) \times 100$ Onde: RI = Resolutividade Interna, em %. MCI = Quantidade de atendimentos MCT = Quantidade de atendimentos e serviços prestados ao paciente checados nos impressos
Início de vigência	A partir do 31º dia após assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	$RI \geq 95\%$ = Sem redução do Valor do Serviço $RI < 95\%$ = 5% a menos do Valor do Serviço

## 24. ANEXO IV - PLANILHA CUSTOS E FOR PREÇOS

### ANEXO IV

#### TIMBRE DA EMPRESA

#### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

#### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

#### Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
	Total	

#### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

##### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicionais de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicionais de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
	Total	

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	Percentual (20%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário EDUCAÇÃO	2,50%	
C	SAT	3,00%	
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
	Total	36,80%	

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**

2.3	2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros	
	Total	

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

2	2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicionais de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
	Total	

**Módulo 3 - Previsão para Rescisão**

3	Previsão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	7,82
B	Incidência do FGTS sobre o AVISO Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	33,73
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 (GPS, FGTS e outras contribuições) sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
	Total	

**Módulo 4 - Custos de Reposição do Profissional Ausente****Submódulo 4.1 - Ausências Legais**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias	
B	Substituto na cobertura de Ausência Legais	

C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura do Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
	<b>Total</b>	

**Submódulo 4.2 - Intraornada**

<b>4.2</b>	<b>Intraornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	
	<b>Total</b>	

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custos de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custos de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
4.2	Substituto na cobertura de Intraornada	
	<b>Total</b>	

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	80,00
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	<b>Total</b>	

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	
B	Lucro	?
C	Tributos	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	
	<b>Total</b>	

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	<b>Módulo 1 - Composição da Remuneração</b>	
B	<b>Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	
C	<b>Módulo 3 - Previsão para Rescisão</b>	
D	<b>Módulo 4 - Custos de Reposição do Profissional Ausente</b>	
E	<b>Módulo 5 - Insumos Diversos</b>	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	<b>Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	
	<b>Valor Total por Empregado</b>	

**3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (R\$) (D)=(BxC)	Qtde por Posto (E)	Valor Total do Serviço (R\$) (F)= (DxE)
Serviço 1 (Recepcionista 40h semanais)					
Serviço 2 (Recepcionista 12hx36h)					
Serviço 3 (Cozinheiro 12hx36h)					
Serviço 4 (Copeiro 12hx36h)					
Serviço 5 (Lavador de Roupa 40h semanais)					
<b>Valor Mensal dos serviços (G) = (1+2+3+4+5)</b>					

**4. QUADRO-RESUMO DO VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS**

<b>Valor Anual dos serviços (G) = (1+2+3+4+5)</b>	Valor Anual (R\$)

\_\_\_\_/\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**25. ANEXO V - DECLAR. CONTRATOS FIRMADOS**

ANEXO V

TIMBRE DA EMPRESA

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PROCESSO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, de auxiliar administrativo, recepcionista, lavador de roupa, cozinheiro, copeiro, maqueiro e jardineiro, para atender as necessidades do Hospital de Guarnição de Natal (HGuN) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) n o \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_ estabelecida em (endereço completo)

Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato\*


Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Declaro que que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados por este licitante não é superior ao Patrimônio Líquido deste licitante.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos /empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

#### **FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO.**

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

##### **Fórmula de cálculo:**

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos \*

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

##### **Fórmula de cálculo:**

(Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100 =

Valor da Receita Bruta

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **26. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUISA MARIA BEZERRA DE SOUSA MEDEIROS**

Presidente da comissão de contratação

**LAURA CRISTINA DE CARVALHO ZAGLOUT BEZERRA**

Membro da comissão de contratação

**WENDELL AUGUSTO FERREIRA DE ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo, em 26 de fevereiro de 2025, o presente Termo de Referência, conforme preceitua o inciso II, Art. 14, do Decreto 10.024/19.

**JOSIANY BEZERRA DANTAS**

Autoridade competente